

Direito ao Esquecimento

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Nibia De Toledo Vieira
Marcus Vinicius Pimenta Lopes
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Ivone Alves De Sousa Santos

Categoria do Trabalho

5

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O direito ao esquecimento é um conceito legal que diz respeito ao controle que um indivíduo tem sobre a divulgação de informações pessoais ou eventos do seu passado, especialmente na era digital. Ele busca equilibrar o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade, permitindo que as pessoas possam solicitar a remoção ou ocultação de informações que considerem prejudiciais, ultrapassadas ou irrelevantes para sua vida atual. O conceito ganhou destaque com a disseminação da internet e das redes sociais, que tornaram mais fácil a divulgação de informações pessoais e a preservação de eventos passados.

Objetivo

Busca equilibrar o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade, permitindo que as pessoas possam solicitar a remoção ou ocultação de informações que considerem prejudiciais ou irrelevantes para sua vida atual. O conceito ganhou destaque com a disseminação da internet e das redes sociais que tornaram mais fácil a divulgação de informações pessoais e a preservação de eventos passados.

Material e Métodos

Embasado NO Recurso Extraordinário 1.010.606Tema 786: "O direito ao esquecimento consiste no desdobraimento do direito à privacidade, devendo ser ponderado, no caso concreto, com a proteção do direito à informação e liberdade de expressão". - Parecer pelo não provimento do recurso extraordinário" E em casos de informações de interesse ou relevância histórica, o direito ao esquecimento pode ser limitado.

Resultados e Discussão

Em alguns países, como na União Europeia, o direito ao esquecimento foi reconhecido e regulamentado por tribunais e leis de proteção de dados, permitindo que as pessoas solicitem a remoção de informações em certos contextos.

O conceito do direito ao esquecimento enfrenta desafios em relação à aplicação prática, como definir critérios

II CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA



OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA

18 A 22 DE SETEMBRO DE 2023

claros para determinar quando as informações devem ser removidas e como equilibrar os direitos concorrentes.

Conclusão

o direito ao esquecimento é um princípio legal que busca proteger a privacidade das pessoas, permitindo que elas controlem a divulgação de informações pessoais, especialmente na era digital. No entanto, sua aplicação prática e limitações continuam sendo objeto de debate e jurisprudência em todo o mundo.

Agência de Fomento

FAPEMIG-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Referências

<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/08032022-Direito-ao-esquecimento-nao-justifica-obrigacao-de-excluir-noticia-de-site--decide-Terceira-Turma.aspx#:~:text=Direito%20ao%20esquecimento%20incompat%C3%ADvel%20com%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o&text=Todavia%2C%20a%20ministra%20observou%20que,o%20entendimento%20firmado%20pelo%20STJ.>